

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Letras

Curso de especialização em Língua Portuguesa: teoria e práticas de ensino de leitura e
produção de texto - PROLEITURA

Suellen Mathias Coqueiro

A AUTORIA NA REDAÇÃO DO ENEM: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Belo Horizonte

2025

Suellen Mathias Coqueiro

A autoria na redação do Enem: uma análise discursiva

Versão final

Monografia de especialização apresentada ao programa de pós-graduação PROLEITURA da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Língua Portuguesa: teoria e práticas de ensino de leitura e produção de texto.

Orientadora: Thalita Nogueira Dias

Belo Horizonte

2025

Nome: Suellen Mathias Coqueiro

Título: A autoria na redação do Enem: uma análise discursiva e enunciativa

Monografia de especialização apresentada ao programa de pós-graduação PROLEITURA da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Língua Portuguesa: teoria e práticas de ensino de leitura e produção de texto.

Banca examinadora:

Dra. Thalita Nogueira Dias (Orientadora)

Julgamento: aprovado.

Me. Francys Silva Araújo (Banca examinadora)

Julgamento: aprovado.

Me. Rosiveth Aparecida do Espírito Santo Oliveira (Banca examinadora)

Julgamento: aprovado.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FACULDADE DE LETRAS

ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

Realizou-se, no dia 22 de janeiro de 2025, às 15:30 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “*A autoria na redação do Enem: uma análise discursiva*”, apresentado por SUELLEN MATHIAS COQUEIRO, número de registro 2023659625, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Profa. Thalita Nogueira Dias - Orientadora, Profa. Francys Silva Araújo e a Profa. Rosiveth Aparecida do Espírito Santo Oliveira.

A Comissão considerou o Trabalho:

Aprovado

Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2025.

Profa. Thalita Nogueira Dias (Doutora)

Profa. Francys Silva Araújo (Mestra)

Profa. Rosiveth Aparecida do Espírito Santo Oliveira (Mestra)



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Nogueira Dias, Usuário Externo**, em 23/01/2025, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francys Silva Araújo, Usuário Externo**, em 24/01/2025, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosiveth Aparecida do Espírito Santo Oliveira, Usuário Externo**, em 29/01/2025, às 22:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3846158** e o código CRC **47FC11D6**.

Ao meu povo da calunga. Laroyê!

Resumo

Esta pesquisa analisa a presença da autoria em textos dissertativos-argumentativos no Enem, com foco em três redações que receberam a nota máxima. Por meio de uma abordagem qualitativa e fundamentada na Análise do Discurso de Orlandi, busca-se compreender como a subjetividade se manifesta nesses textos e de que forma os critérios de correção influenciam a expressão autoral. A investigação considera aspectos como correção gramatical, estrutura dissertativa, coesão textual, uso de repertórios culturais e proposta de intervenção, identificando o equilíbrio necessário entre conformidade às normas e a criatividade. Os resultados destacaram tanto a aplicação objetiva das competências avaliadas quanto a presença de escolhas subjetivas nos textos, revelando que, mesmo sob pressão pedagógica, é possível expressar autoria por meio de estratégias argumentativas, modalização e repertórios culturais. Além disso, observou-se que, enquanto alguns candidatos adotaram abordagens inovadoras, outros seguiram modelos predefinidos, ressaltando a necessidade de cultivar uma escrita que privilegie a originalidade e a construção de uma voz própria.

Palavras-chave: Autoria. Análise do Discurso. Semântica da Enunciação. Texto dissertativo-argumentativo. Enem.

Abstract

This research analyzes the presence of authorship in dissertation-argumentative texts in Enem, focusing on three essays that received the maximum score. Through a qualitative approach based on Orlandi's Discourse Analysis, we seek to understand how subjectivity manifests itself in these texts and how the correction criteria influence authorial expression. The investigation considers aspects such as grammatical correction, essay structure, textual cohesion, use of cultural repertoires and intervention proposal, identifying the necessary balance between compliance with standards and creativity. The results highlighted both the objective application of the assessed skills and the presence of subjective choices in the texts, revealing that, even under pedagogical pressure, it is possible to express authorship through argumentative strategies, modalization and cultural repertoires. Furthermore, it was observed that, while some candidates adopted innovative approaches, others followed predefined models, highlighting the need to cultivate writing that prioritizes originality and the construction of one's own voice.

Keywords: Authorship. Discourse Analysis. Semantics of Enunciation. Argumentative Essay. Enem.

Sumário

1. Introdução	1
2. Referencial teórico	12
3. Metodologia	22
4. Análise	24
5. Conclusão	39
6. Referências	43
7. Anexos	46

1. Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998 com a intenção exclusiva de avaliar o desempenho dos estudantes do Ensino Médio no Brasil. Contudo, atualmente, a prova vai além do diagnóstico das habilidades e competências dos alunos brasileiros, pois se tornou o vestibular mais importante do país, como um caminho para o acesso ao Ensino Superior público e privado. Nesse exame, a redação é avaliada de 0 a 1000 pontos e tem o mesmo peso das demais avaliações, de modo que tem caráter eliminatório caso o candidato tenha a sua nota anulada.

Por conta desses fatores, o bom desempenho dos alunos na redação do Enem é uma preocupação das instituições de ensino de todo o país, de modo que as notas dos estudantes muitas vezes são utilizadas como uma estratégia de marketing de sistemas e instituições de ensino brasileiros.

Segundo os editais do exame, o candidato deve elaborar um texto dissertativo-argumentativo seguindo a norma padrão formal da língua portuguesa e elaborar uma proposta de solução intervencionista ao problema selecionado como tema de cada ano. No cenário da pandemia recente, causada pela Covid-19, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela elaboração da prova, disponibilizou os manuais de treinamento dos corretores, nos quais há a grade detalhada e específica de correção e exemplos de textos de todas as faixas de nota. Este fato tornou pública a forma como os textos são avaliados, com o objetivo de democratizar o acesso à informação e, assim, proporcionar a estudantes de todo o país, provenientes de diversos contextos socioculturais, a oportunidade de obterem um bom desempenho na prova de redação.

De fato, essa ação da banca tornou o processo mais transparente para estudantes e educadores de todo o Brasil. Entretanto, essa pode ter sido a razão pela qual proliferaram em sites e redes sociais com mais constância os chamados “textos modelo” ou “redações modelo”. Ademais, como observado por Silva (2023), antes mesmo da divulgação desse material, muitos educadores atuantes em redes sociais já disseminavam “esqueletos de redação” com base nos critérios de correção do Enem, que eram sigilosos, visando interesses mercadológicos, sem que houvesse qualquer comprometimento político-pedagógico de sua parte. Tais compartilhamentos têm enrijecido, de certo modo, a escrita de parte dos candidatos, que podem ter sido levados a crer que há uma única maneira de estruturar a redação para que ela seja bem avaliada.

Outro fenômeno recente que pode ser facilmente observado é a padronização de repertórios considerados “coringa” por alunos de todo o país e que também são amplamente disseminados nas redes. Tais fatos levaram à reprodução em grande massa de textos muito parecidos entre si, que poderiam muito bem terem sido escritos pela mesma pessoa, salvo as diferenças pontuais de proficiência nos usos dos recursos linguísticos de cada um.

Neste cenário, pergunto-me: há espaço para que os estudantes possam produzir textos autônomos, originais ou inéditos em alguma medida? Esse questionamento, somado ao incômodo de, como professora e corretora de redação para várias bancas, ter contato com uma infinidade de textos muito similares entre si, fazem-me querer investigar o conceito de autoria no texto dissertativo-argumentativo modelo Enem.

É possível, hoje, ensinar um vestibulando a redigir um texto dissertativo-argumentativo sem que ele esteja preso à estrutura e ao formato de texto amplamente divulgado, cuja eficácia é corroborada até mesmo pela própria banca organizadora do exame? Há lugar para o aluno que esteja disposto a utilizar de seu próprio conhecimento de mundo e a discutir, de fato, suas próprias ideias sobre os temas selecionados a cada ano? Em outras palavras, há espaço para a expressão da subjetividade no texto dissertativo-argumentativo modelo Enem nota máxima na atualidade?

Sendo assim, diante desses incômodos e questionamentos, desejo investigar como a autoria se manifesta em três redações do Enem que receberam a nota máxima e como ela pode ser verificada. Para isso, será necessário, em primeira instância, identificar características da superfície linguística das redações analisadas que possam indicar a presença da subjetividade do enunciador e examinar a influência dos critérios de correção sobre a construção desses textos.

Essa investigação pode ser útil para estudantes que almejam a liberdade de criar textos mais autorais com segurança para essa banca e para educadores que desejam preparar os vestibulandos para o exame os auxiliando a se colocarem de forma autoral apesar das coerções e das convenções disseminadas acerca da prova. Tratar-se-á, assim, de uma pesquisa qualitativa que analisará três redações nota mil, identificando características de autoria e examinando a influência dos critérios de correção sobre elas.

A opção por redações que obtiveram a nota máxima na seleção do *corpus* ocorreu por dois fatores. O primeiro se deve à facilidade de obtenção de amostras, já que textos que recebem a maior pontuação são comumente divulgados nas mídias pelos próprios estudantes, facilitando o acesso dos pesquisadores a elas. Ademais, o acesso à base de

dados do Inep impõe uma série de restrições. A leitura do material deve ser feita *in loco*, na Sala Segura do Sedap (Serviço de Acesso a Dados Protegidos), diretamente na tela do computador. Além disso, não pode haver qualquer acesso a material impresso nem extração das provas na íntegra, apenas excertos previamente autorizados pela instituição. Tais limitações dificultariam o estudo aprofundado, que requer o manuseio dos textos completos para a análise.

O segundo fator que orientou a escolha foi o próprio critério de correção que avalia autoria. Isso porque os textos que obtiveram a maior pontuação necessariamente estariam no nível cinco da Competência III, que contempla o conceito de autoria. Entretanto, isso não quer dizer, obviamente, que um texto que não tenha obtido a nota mil não possa apresentar a autoria.

O desenvolvimento deste trabalho será estruturado em três partes principais. Na primeira parte, tratarei do modo como a ideia de autoria é compreendida pela banca avaliadora do Enem e revisitarei a bibliografia que trata do conceito de autoria dentro do universo da Análise do Discurso, com o fito de descrever e compreender como a autoria é definida. A escolha por esta vertente teórica em específico se dá pelo fato de que a Análise do Discurso considera as condições de produção dos enunciados, os quais devem ser considerados quando tratamos de uma avaliação como o Enem.

Além disso, como as redações produzidas no Enem são objeto linguístico, mas ao mesmo tempo histórico, considero imprescindíveis a descrição e a análise dos dois elementos simultaneamente, para a verificação do impacto que têm no sujeito escritor. Após isso, analisarei cada um dos três exemplares selecionados os relacionando com a análise teórica a respeito do conceito de autoria e, então, interpretarei os resultados obtidos.

Finalmente, no último capítulo, apresentarei uma síntese, exibirei as conclusões a que pudemos chegar a partir da comparação entre a teoria e a materialidade dos textos analisados e ressaltarei as possíveis limitações da presente pesquisa, suas contribuições e as possibilidades de investigação que poderão surgir após a conclusão deste trabalho.

2. Referencial teórico

Na cartilha de leitura utilizada na formação dos corretores do Enem e divulgada posteriormente em momento de pandemia, a respeito da Competência III, o Inep menciona a autoria como algo

relacionado ao projeto de texto elaborado e ao desenvolvimento de informações, fatos e opiniões trazidos pelo participante para sua redação. Isso significa que um texto com autoria é aquele em que o participante apresenta um projeto de texto estratégico e consegue cumprir com êxito, de maneira organizada e consistente, o que foi programado nesse projeto.

(...) um texto que dá voz apenas aos textos motivadores pode ter autoria tanto quanto outro que traz conhecimentos de fora da proposta de redação. O importante para a Competência III é a autonomia do texto, que deve se sustentar sozinho, sem depender de conhecimento exterior por parte do leitor, ou mesmo dos textos motivadores, para que faça sentido. Trata-se daquele texto que se explica por si só. O que será considerado na Competência III, portanto, é a forma como o texto é trabalhado – se é escrito de modo organizado, consistente e estratégico.

(...) entenderemos autoria como o resultado de uma boa organização e de um bom desenvolvimento do texto (Brasil, 2019c, p. 13).

Nota-se, assim, que o documento não especifica, teoricamente, o que a banca compreende a respeito do conceito de autoria, mas sim como ela é verificada no texto apresentado pelo estudante, isto é: a partir do modo como o candidato elabora e põe em prática o seu projeto textual. A respeito disso, Darcilia Simões, em “Projeto de texto e iconicidade: Uma reflexão sobre a eficácia comunicativa” (2007), define o conceito de projeto textual (ou projeto comunicativo) como

Um processo de produção signica que, no caso verbal, lança mão dos itens léxicos da língua e das matrizes sintáticas como instrumentos semióticas. Isto porque a língua é um sistema semiótico e seus componentes, ainda que regulados pelas gramáticas, estão sujeitos às idiosincrasias individuais materializadas nas opções estilísticas (Simões, 2007, p. 6).

Ainda, a autora reitera que um projeto de texto “pode ser construído estrategicamente para orientar ou desorientar o leitor” (Simões, 2007, p. 7). Isto nos permite pensar que o processo de elaboração de um projeto comunicativo estratégico é premeditadamente construído com alguma intenção consciente em direção ao leitor, ou seja, trata-se de uma relação de forças no sentido de convencer o outro a respeito de alguma ideia, lançando mão de estratégias linguísticas variadas.

Essa ideia encontra o excerto do texto do Inep supramencionado no que tange ao modo como o conceito de autoria é verificado e avaliado no texto dos candidatos: por meio da noção de eficácia do projeto textual que deveria ser elaborado pelo estudante. Contudo, ainda, o conceito de autoria permanece um tanto obscuro e indefinido.

Mittmann (2016, p. 10) reforça a noção de autoria, ao dizer que: A autoria se dá nesse jogo entre a repetição e a atualidade, porque a natureza do discurso é da ordem do repetível, do já-lá presente no interdiscurso e dos saberes das formações discursivas, que intervêm, sob a forma da repetição, na sustentação de cada novo discurso, e porque a enunciação de cada novo discurso, por sua vez, atualiza esses saberes e esse já-lá, num movimento de fluxo e refluxo entre o interdiscurso e o intradiscurso, em um ir e vir que reatualiza tanto o intra como o interdiscurso.

Na redação do ENEM, o aluno, ao escrever sua produção, já considera, de maneira implícita, as expectativas do avaliador, de modo a antecipar, na construção do texto, os critérios de correção e a forma como o conteúdo será interpretado. Assim, a autoria na redação do ENEM vai além de uma mera expressão individual; ela é, na verdade, um processo que articula a escrita com a leitura, e ambas se influenciam mutuamente.

O aluno, ao redigir, já inscreve no texto uma possibilidade de recepção, o que implica que a produção discursiva é, desde o início, marcada por um diálogo implícito com o leitor, mesmo que este ainda não esteja fisicamente presente. Assim é que concordamos com Orlandi (1987, p. 180), quando diz que: não se pode distinguir estritamente entre Condições de Produção e Condições de Recepção de um discurso. Embora o momento da escrita de um texto e o de sua leitura sejam distintos, na escrita já está inscrito o leitor e, na leitura, o leitor interage com o autor do texto.

Essa relação entre escrita e memória discursiva é posta em evidência por Indursky (2016, p. 36), ao considerar que “a escrita de um texto dá corpo e materialidade a saberes que já estão em circulação, inscritos tanto no interdiscurso quanto na memória discursiva de formações discursivas”. Assim, ao produzir um texto, o aluno não apenas organiza suas ideias, mas também mobiliza discursos que circulam socialmente e que influenciam sua escrita.

Nesse mesmo sentido, Gallo (1990, p. 27) destaca que “é na situação real de produção que a escrita faz sentido, mesmo quando a forma escrita não é completamente dominada, ou até em casos em que ela é minimamente dominada”. Isso reforça a ideia de que o processo de escrita está ancorado em condições de produção sociais e discursivas, o que impacta diretamente a constituição do sujeito no discurso.

Ao assumir uma posição no discurso, o sujeito é afetado pela exterioridade, ou seja, pelas condições sócio-históricas e ideológicas, além das exigências de coerência, não contradição e responsabilidade. Nesse processo, ao se converter em autor, o sujeito da enunciação sofre um apagamento discursivo, dividindo-se em diversas posições-sujeito. O autor, então, assume a função social de organizar e assinar uma determinada produção escrita, conferindo-lhe uma aparência de unicidade — efeito ideológico elementar.

Essa complexidade do processo de escrita também é abordada por Indursky (2019, p. 99), ao afirmar que todo sujeito, diante de uma folha em branco, ao ser instado a exercer a função discursiva da escrita, necessita ter uma história de leituras. Segundo a autora:

“Assim sendo, entendo que todo sujeito, diante de uma folha de papel em branco, ao ser instado a exercer a função discursiva da escrita, necessita ter uma história de leituras, seja para saber introduzir um ‘Era uma vez...’, que dará um efeito de início ao seu texto, seja para saber colocar um ‘...e eles casaram e viveram felizes para sempre’. [...] tramar diferentes fios discursivos e, desse modo, urdir uma história capaz de produzir um efeito-texto.” (Indursky, 2019, p. 99)

Dessa forma, espera-se que, ao produzir textualmente, o aluno ocupe a função de autor e possa fazer escolhas sobre o que escrever, como escrever e para quem escrever. Compreende-se, assim, que esse processo está intimamente ligado à história de leituras, à memória discursiva e às interpelações da exterioridade, aspectos que, de certo modo, também desvelam os mecanismos que promovem o apagamento do sujeito no discurso (ORLANDI, 2012, p. 82).

Nessa perspectiva, Indursky (2019, p. 99) enfatiza que “para escrever, é preciso ter algo para contar, algo sobre o que escrever”. Essa relação entre escrita e memória discursiva é reforçada por Lagazzi (2017, p. 6), ao afirmar que “o sujeito faz gestos de interpretação porque ancora sua interpretação a uma memória discursiva, compreendida como o conjunto dos discursos anteriores, tudo o que já foi dito anteriormente”, e, nesse caso, também vivenciado.

A afirmação de Orlandi (2009, p. 42-43), de que as palavras adquirem sentido a partir das posições dos sujeitos que as empregam pode pôr em evidência como o discurso no Enem está diretamente vinculado às formações ideológicas que atravessam o candidato:

O discurso é determinado pela formação discursiva, ou seja, “[...] as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (Orlandi, 2009, p. 42-43).

Quando tratamos da autoria na redação do ENEM, Orlandi (1999) pode nos ajudar a entender que o processo de escrita não é um ato isolado, mas uma interação entre o aluno (autor), o avaliador (leitor) e os diversos contextos que influenciam tanto a produção quanto a recepção do texto, como é descrito por ela no trecho a seguir:

O sujeito do enunciado, derivado da análise do contexto linguístico e marcado linguisticamente no texto; *o sujeito da enunciação*, derivado da análise do contexto de situação, no qual se instala a perspectiva pela qual a história é contada; *o sujeito textual*, derivado da análise do contexto textual. O fato de que todo texto seja incompleto conduz à necessidade de relacioná-lo com outros (*intertextualidade*) e com a experiência do leitor, tanto a linguística como a de mundo (Orlandi, 1999, p.53-4).

Ao escrever a redação, o aluno, consciente da leitura que será feita, constrói seu discurso com base nos três níveis de sujeito propostos por Orlandi (1999, p. 53): o sujeito do enunciado, marcado pela linguagem utilizada no texto; o sujeito da enunciação, influenciado pela situação em que o texto é produzido; e o sujeito textual, relacionado ao contexto de interpretação do avaliador. Esses níveis podem colocar em evidência como a escrita não é um ato isolado, mas uma prática discursiva que envolve diferentes instâncias de produção e recepção.

Nesse sentido, Orlandi (2012, p. 49), ao tratar da leitura a partir da Análise do Discurso, afirma que “no momento em que se realiza o processo de leitura, se configura o espaço da discursividade”. Em outras palavras, a leitura não é um ato passivo de decodificação, mas um processo de significação no qual o sujeito interpreta o mundo e se constitui como sujeito de linguagem. Assim, espera-se que o aluno tenha a possibilidade de construir sentidos próprios, desestabilizando o discurso cristalizado da escola, tradicionalmente instituído como verdade única.

Nessa perspectiva, Assolini (2018) alerta para a importância de a escola — em especial o trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor em sala de aula — considerar a história de leitura dos educandos. Segundo o autor:

“[...] a importância de a escola, em especial o trabalho pedagógico desenvolvido pelo sujeito-professor na sala de aula, considerar a história de leitura dos educandos, o que contribuiria para que pudessem falar, pensar, interpretar e escrever a partir de seu interdiscurso. Considerar o interdiscurso do estudante permite ao sujeito-professor mobilizar zonas de sentido que o afetam, sentidos com os quais se identifica, o que poderá incentivá-lo no processo de aprendizagem da leitura.” (Assolini, 2018)

Desse modo, ao reconhecer a memória discursiva dos alunos, o professor pode criar condições para que eles se apropriem da leitura e da escrita de maneira mais

significativa. Esse aspecto se alinha à definição de discurso apresentada por Orlandi (1999, p. 15), que o concebe como “palavra em movimento, prática de linguagem”. Tal perspectiva reforça a natureza dinâmica do discurso, que vai além da simples decodificação gramatical e se constitui como um percurso de construção de sentidos, refletindo tanto o pensamento quanto a interação social.

Além disso, Orlandi (2003, p. 32) ressalta a importância de compreender a linguagem como um fenômeno coletivo e histórico. Transpondo essa ideia para o caso das produções textuais escritas no Enem, é possível dizer que o exame desafia os candidatos a reconhecerem que o discurso não é uma expressão isolada de intenções pessoais, mas um espaço de significação influenciado por fatores históricos, culturais e linguísticos. Assim, ao produzir suas redações, os alunos são instigados a articular ideias que dialoguem com as propostas temáticas e os repertórios socioculturais, refletindo uma consciência crítica sobre como os sentidos são construídos e compartilhados no ato comunicativo.

Nesse processo, a constituição do sujeito no discurso se dá por diferentes perspectivas. Orlandi (2012, p. 82) esclarece essa dinâmica ao afirmar que:

“[...] o locutor é aquele que se representa como ‘eu’ no discurso, o enunciador é a perspectiva que esse ‘eu’ constrói, e o autor é a função social que esse ‘eu’ assume enquanto produtor da linguagem. O autor é, das dimensões enunciativas do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio-histórico) e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc.” (Orlandi, 2012, p. 82)

Dessa forma, a escrita do aluno não é apenas um reflexo de sua individualidade, mas uma prática discursiva atravessada por condições históricas e sociais. Nesse contexto, a produção textual pode assumir diferentes direções: uma reinterpretação do discurso, caracterizada pela polissemia, ou a mera reprodução de ideias, identificada como paráfrase. Ainda que esses processos não sejam excludentes, mas sim parte de um contínuo, Orlandi (1983; 1987, p. 201-2) distingue que, na instância da paráfrase, predominam a reprodução, o reconhecimento, o clichê e o ideológico, enquanto a polissemia abre espaço para a multiplicidade e a construção do novo

Outrossim, Orlandi (1987, p.116-7) traz uma reflexão importante sobre os níveis de leitura e compreensão, destacando que, para além das leituras lineares (inteligíveis) e das evidências (interpretáveis), é essencial alcançar o nível do compreensível, que exige um trabalho de desconstrução teórica do texto:

Ler, nesse caso, estaria no nível inteligível (o das leituras lineares) ou, no máximo, se o trecho copiado tivesse pelo menos alguma relação de nexos com o que se quereria dizer, no nível do interpretável (nível das evidências). Mas mesmo a instância desta última não nos parece suficiente. Reconheçamos ser preciso estar também, e principalmente, no nível do compreensível, algo que nós, nesse caso, infelizmente, ainda não conseguimos que esses alunos alcançassem. A Escola quando ensina a ler, muitas vezes, não propicia ao aluno condições para que se produza a compreensão, isto é, não se atinge o funcionamento da linguagem. Mas “compreender é desconstruir teoricamente”, através do conhecimento dos mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação (Orlandi, 1987, p. 116-7).

Ao relacionarmos esse conceito de leitura com a autoria na redação do Enem, ele nos lembra que a produção textual não se limita à reprodução de ideias ou informações já conhecidas (paráfrase), mas deve envolver uma compreensão profunda e crítica, que vá além da mera repetição. No exame em questão, a capacidade de desconstruir e resignificar as informações é importante para que o aluno demonstre domínio da linguagem e das estruturas discursivas, garantindo um texto que não apenas reproduza, mas que também articule novas significações.

Orlandi (1988, p.113-4) destaca como a leitura é uma dinâmica entre a historicidade do texto e a historicidade do leitor, ambos influenciando a interpretação. No Enem, isso implica que o aluno, ao escrever, insere seu texto dentro de um campo discursivo marcado pela história e convenções da língua, enquanto o avaliador (leitor) também traz seu próprio contexto e expectativas ao interpretar o texto. A interação entre essas historicidades pode afetar a maneira como o aluno constrói seu discurso e como o avaliador o compreende, tornando a produção textual uma prática negociada entre o autor e seu leitor.

A relação com o inteligível, conforme Orlandi (1988), é muitas vezes mecanicista e superficial, uma vez que os alunos tendem a atribuir sentido ao texto pela simples decodificação das palavras, sem explorar as camadas mais profundas de interpretação. Essa leitura inicial, embora necessária, não é suficiente para um entendimento mais completo do texto. Como Orlandi (1988, p. 102) ensina, “a transferência dos sentidos que ‘brotam’ de um texto é aparente”, destacando a importância de ir além da mera decodificação para atingir um entendimento mais significativo.

No nível interpretável, o aluno pode se limitar a compreender os sentidos já estabelecidos no texto, acreditando que a relação entre o texto e o seu significado é direta e estável. Orlandi (1988, p. 116) afirma que, nesse estágio, o leitor “não lê, é ‘lido’, uma vez que apenas ‘reflete’ sua posição de leitor na leitura que produz”. Isso implica uma leitura que reproduz o que já está posto, sem questionar ou problematizar o conteúdo,

ficando preso a uma ilusão de que a interpretação é algo fixo e imutável. Nesse caso, o aluno pode escrever de forma a repetir ideias sem a crítica necessária, o que limita a profundidade de sua produção textual no Enem.

Já nível compreensível, a leitura vai além da simples interpretação de um texto. Como nos lembra Orlandi (1987, p. 203), “é preciso que ele (o aluno) conheça como um texto funciona [...]”. Isso significa que o aluno, para produzir uma redação no ENEM com qualidade, deve entender os mecanismos discursivos que estruturam o texto, compreendendo não apenas o significado imediato das palavras, mas também o contexto histórico e ideológico que o influencia. Esse nível de leitura envolve a análise crítica do texto e a consideração de seu processo de significação. A compreensão no ENEM, portanto, exige que o aluno se relacione criticamente com o conteúdo, reconhecendo os pontos de entrada e de fuga, como aponta Orlandi (1988, p. 116), e perceba como sua própria posição social e histórica molda sua leitura e escrita.

Ademais, o seguinte trecho de Orlandi (1999, p. 17) nos leva a refletir sobre como a ideologia permeia o discurso e a língua, estruturando a produção de sentido:

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua, discurso e ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 1999, p. 17).

A partir disso, podemos dizer que o discurso no Enem não é neutro, e a escolha de palavras, o uso de argumentos e a construção das ideias refletem a interação do aluno com as ideologias presentes nas suas condições social, educacional e cultural de produção. Como visto em Orlandi (1999, p.17), o aluno precisa entender como constrói suas ideias dentro de um campo discursivo influenciado por suas experiências e pelo sistema ideológico que o molda, o que leva a escolhas discursivas, muitas vezes inconscientes, mas profundamente enraizadas na sua cultura.

Para além disso: “[...] a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado com finalidades específicas” (ORLANDI, 2009, p.197).

Orlandi (2009, p. 197), ao afirmar que o funcionamento de um discurso é a atividade estruturante de um falante determinado para um interlocutor específico com finalidades específicas, reforça a ideia de que o discurso é o espaço em que se manifesta a relação entre língua e ideologia, sendo também o meio através do qual os efeitos de sentido são gerados por meio dos enunciados.

Entretanto, Orlandi (2015, p. 73) especifica “o princípio da autoria como necessário para qualquer discurso, colocando-o na origem da textualidade. [...] um texto pode até não ter um autor específico, mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele”. A autora faz um deslocamento a partir de Foucault, considerando autoria como uma função discursiva do sujeito. Nessa ótica, o sujeito falante teria várias funções enunciativas: o locutor, enunciador e autor.

Também é importante ressaltar que Orlandi (2015) afirma que os textos são provisórios, ainda que sejam materiais da Análise do Discurso. Isso porque o texto é constituído da dispersão de discursos e o texto é a dispersão do sujeito que se subjetiva ao longo da textualidade em vários momentos. Nesse contexto, a autora considera válido distinguir o discurso do texto e o sujeito do autor. Para ela, a ideia de unidade é imaginária, enquanto a dispersão é real.

Ou seja: de um lado há a dispersão dos textos e do sujeito e, do outro, a unidade imaginada do discurso e da identidade do autor. Sendo assim, é o imaginário quem dá uma direção ideológica ou política, um “efeito discursivo” para o texto, que é heterogêneo, afetado por diversas posições do sujeito e formações discursivas, algo a que nos deteremos mais adiante.

Contudo, essas noções são relevantes a princípio para que nós entendamos o conceito de função-autor, desenvolvido por Orlandi (2015). Para ela, a autoria é a função discursiva do sujeito, que se estabelece ao lado das funções enunciativas de locutor (eu) e enunciador (perspectiva que esse “eu” constrói).

Para definir o conceito de função-autor discursiva, Orlandi recorre a Foucault, quando este diz que o discurso é normatizado, restrito e coagido por “princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando a domesticar a dimensão do acontecimento e de acaso do discurso” (Orlandi, 2015, p. 74). Para a autora, diferente do que propôs Foucault, um texto, mesmo que sem um autor específico, pode ter uma autoria imputada a ele por meio da função-autor, uma vez que, para ela, “a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria” (Orlandi, 2015, p. 75).

Para a pesquisadora, a autoria é a função mais afetada pelas coerções sociais, já que está mais suscetível às regras. É também na autoria que, segundo Orlandi (2015, p.74), os procedimentos disciplinares são mais visíveis. Nesse sentido, o próprio autor se exige “coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração” de seu próprio texto. O autor faz todas essas auto

exigências com a finalidade de que seus objetivos, a finalidade e a direção argumentativa de seu texto sejam mais identificáveis.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o autor está à mercê dessas coerções inclusive auto infligidas, ele precisa se voltar à sua própria interioridade para construir sua identidade como autor (Orlandi (2015, p.76). Todo esse processo é chamado pela autora de assunção da autoria, processo pelo qual o autor aceita a responsabilidade pelo que diz na posição em que se constitui. Ele assume o papel social de autor em relação à linguagem, em relação ao momento histórico-social diante das instâncias institucionais.

Porém, se temos a função do autor, do outro lado teremos a função do leitor, que também é afetado pela sua inserção histórico-cultural, que também assume uma posição, um lugar social que configura sua identidade e o modo como define a sua leitura. No contexto da nossa pesquisa, devemos considerar a função-autor do candidato que redige a redação no Enem sem esquecer a função leitora do corretor do Inep, receptor do texto.

Como se pode ver, segundo Orlandi (2015) a noção de "interioridade" refere-se a um espaço subjetivo onde os significados são construídos a partir das experiências e do entorno do sujeito e é compreendida como uma construção discursiva que reflete as múltiplas relações sociais e contextuais que influenciam a formação do sujeito.

Além disso, para a autora, o espaço do texto é meramente simbólico, uma vez que está em relação com outros discursos, textos e contextos. Dessa maneira, o fechamento de um texto é apenas ilusório, mesmo que seja necessário. Indursky (2001, p.29) também enfatiza que há relações contextuais e textuais que constituem um texto. Aspectos históricos, socioeconômicos, políticos e culturais, por exemplo, perfazem o contexto no qual os textos são produzidos. Já a intertextualidade nos remete ao modo como o texto se relaciona com outros textos, reais ou imaginados, parafrazando, reescrevendo, parodiando etc. Dessa forma, é possível recuperar uma possível origem e, para a Análise do Discurso, também se pode apontar para outros textos que se originam na mesma matriz de sentidos.

Já o que aproxima o texto de outros discursos e o remete ao que Indursky (2001, p.12) chama de “redes de formulação”, são as relações interdiscursivas, que ela também entende como “memória do dizer”. Estas vão além das relações textuais, pois enquanto a intertextualidade lida com a referência direta a outros textos, as interdiscursivas dizem respeito à aproximação de um texto com conjuntos de formulações e práticas discursivas que circulam na sociedade.

Isso implica dizer que o texto se insere em uma rede de discursos que já existem, de modo que é difícil distinguir o que foi originalmente produzido e o que é proveniente de outros discursos no texto. Ademais, é a partir dessa rede de discursos e práticas discursivas mais amplas que o texto adquire significados.

Sendo assim, Indursky (2001) corrobora a ideia de que um texto não é apenas uma sequência de palavras, uma materialidade linguística específica, mas também um produto de uma complexa e extensa rede de discursos que circulam pela sociedade, de modo que, apesar de não ser evidente, essa exterioridade do texto (dada pelas relações contextuais, intertextuais e interdiscursivas) é parte constitutiva do texto que, também a nosso ver, não deve ser desconsiderada.

Ainda, para ela, dados todos esses fatores, não é possível pensar no texto como uma instância enunciativa homogênea, mas sim como um espaço enunciativo heterogêneo dado o fato de que diversas subjetividades, além de variados discursos e textos estão presentes.

Com esse raciocínio, Indursky (2001) se aproxima da noção de sujeito como alguém que é ideologicamente inquirido e que se identifica com uma “posição-sujeito inscrita em uma Formação Discursiva, ou seja, o sujeito produz seu texto a partir de um lugar social e, ao fazê-lo, exerce a função enunciativa de autor” (Indursky, 2001, p. 30). Para ela, é esse sujeito autor quem organiza as diferentes relações com a exterioridade, de modo a configurar um texto. Ou seja, é ele quem seleciona e ordena os diversos recortes que faz dessa exterioridade.

Dessa forma, o que Indursky (2001) defende é que o sujeito-autor realiza um trabalho discursivo a partir de sua posição de sujeito, de modo que tece, a partir dos recortes que faz, o texto e dá a ele o aspecto de unidade. Para a autoria, quanto mais bem-feito é este trabalho, melhor será o efeito de homogeneidade, algo imprescindível para a constituição de um sujeito-autor, para que ele se coloque na função enunciativa de autoria de um texto.

Essa ideia encontra a definição da avaliação do conceito de autoria dada pelo Inep (Brasil, 2019c), segundo a qual um texto é considerado autoral quando faz sentido como um todo, se explica por si só, independente de mobilizar ou não ideias diferentes das apresentadas na prova de redação. Sob essa perspectiva, é possível que o " candidato", entendido aqui como uma posição discursiva no momento do exame, mesmo limitado pelos fatores contextuais e utilizando apenas as ideias e informações fornecidas pelo exame, se constitua como sujeito-autor no discurso.

No entanto, podemos nos perguntar se esse dito efeito de homogeneidade descrito por Indursky (2001) tem sido enfatizado demais pelas expectativas padronizadas de construção do texto dissertativo-argumentativo modelo Enem. O que há, mormente, é de fato diálogo com outras vozes e outros textos, ou meras reproduções de textos memorizados pelos candidatos?

Segundo Orlandi (1987, p. 15), a importância de um discurso pedagógico polêmico reside na sua capacidade de questionar as normas estabelecidas, promovendo um espaço em que diferentes vozes possam se expressar. Esse tipo de discurso não se limita à reprodução de verdades consagradas, mas busca criar condições para o surgimento de outras perspectivas, fomentando a reflexão crítica e a construção de novos sentidos no processo educativo, isto é, que desafie as normas estabelecidas, que incentive a expressão de vozes diversas.

3. Metodologia

Feitas todas as colocações teóricas anteriores, nota-se que a melhor forma de investigarmos a presença da autoria no texto dissertativo modelo Enem é por meio de uma pesquisa qualitativa. Dessa maneira, para este estudo, foi considerado o número de três exemplares que redações que receberam a nota máxima, de modo que possamos nos deter com mais detalhes em cada um deles.

Segundo o site G11, em 2020, 28 textos receberam a nota máxima pela banca de correção do Enem. Optamos por selecionar textos desse ano, pois os candidatos já teriam, à época, acesso aos materiais divulgados pela banca no cenário pandêmico. No caso de 2020, o tema da redação era “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira” (Anexo 1)², e alguns candidatos revelaram à mídia em questão os espelhos de suas redações (Anexos 2, 3 e 4), que utilizaremos como corpus nesta pesquisa. Assim, o corpus de análise é formado por três exemplares que funcionam como unidades de análise, sendo necessário investigar sua organização e seu funcionamento em relação à construção de sentidos.

¹ G1. Enem: leia redações nota mil em 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/Enem/2021/noticia/2021/05/28/Enem-leia-redacoes-nota-mil-em-2020.ghtml>> Acesso em: 18 jul. 2024.

² BRASIL. Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Prova de Linguagens, códigos e suas tecnologias e redação; Prova de Ciências Humanas e suas tecnologias: Caderno azul. Brasília: 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/Enem/provas_e_gabaritos/2020_PV_impresso_D1_CD1.pdf> Acesso em: 18 jul. 2024.

Conforme Orlandi (2015), na Análise do Discurso trabalhamos com o texto como algo linguístico e histórico ao mesmo tempo, uma vez que consideramos as condições de produção. O texto, então, funciona como uma unidade de sentido relacionada à situação em que foi criado, seja falada ou escrita. Sendo assim, não focamos apenas na organização linguística, mas também em como o texto reflete a relação entre a língua e a história e entre o sujeito e o mundo.

Essa abordagem é a mais adequada, pois nos ajuda a compreender nosso corpus de pesquisa não apenas como meros dados linguísticos descontextualizados, mas sim como fatos discursivos que ocorreram em uma específica condição de produção: a avaliação do Enem no atual cenário da educação brasileira, como propõe, de maneira geral, Orlandi (2015). Assim, para que possamos entender melhor como os textos analisados produzem sentidos, analisaremos a sua constituição discursiva como produto da língua e da história.

Sendo assim, na etapa específica de análise do corpus dessa pesquisa, os procedimentos serão divididos em três etapas para cada redação selecionada. O conceito de formação discursiva é central para a análise e deve ser abordado de forma específica no referencial teórico. No texto, esse conceito foi apenas mencionado com base em uma citação exclusiva de Indursky, mas é necessário contextualizá-lo e expandi-lo com base na obra de Orlandi. Para Orlandi, a formação discursiva se refere ao conjunto de enunciados que circulam em um determinado contexto social e que são regulamentados por normas discursivas, históricas e ideológicas. Ela está relacionada às condições de produção e às relações de poder que determinam o que pode e o que não pode ser aqui, sendo, portanto, uma construção social e ideológica.

Além disso, Orlandi também desenvolve os conceitos de “interdiscurso” e “memória discursiva”. O "interdiscurso" diz respeito à presença de outros discursos dentro de um enunciado, ou seja, ele se refere ao modo como os discursos anteriores e simultaneamente influenciam a produção de novos enunciados. Já a "memória discursiva" está relacionada ao arquivo social e cultural de enunciados que são recuperados e reconfigurados em diferentes momentos, sempre atravessados por uma rede de relações sociais e ideológicas. Esses conceitos são fundamentais para entender como os sentidos são produzidos e transformados dentro das formações discursivas, e devem ser discutidos de forma mais aprofundada no referencial teórico da pesquisa.

4. Análise

Redação 1

Texto da redação:

No filme estadunidense “Coringa”, o personagem principal, Arthur Fleck, sofre de um transtorno mental que o faz ter episódios de riso exagerado e descontrolado em público, motivo pelo qual é frequentemente atacado nas ruas. Em consonância com a realidade de Arthur, está a de muitos cidadãos, já que o estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira ainda configura um desafio a ser sanado. Isso ocorre, seja pela negligência governamental nesse âmbito, seja pela discriminação desta classe por parcela da população verde-amarela. Dessa maneira, é imperioso que essa chaga social seja resolvida, a fim de que o longa norte-americano não mais reflita o contexto atual da nação.

Nessa perspectiva, acerca da lógica referente aos transtornos da mente, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à omissão estatal neste caso. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil é o país que apresenta o maior número de casos de depressão da América Latina e, mesmo diante desse cenário alarmante, os tratamentos às doenças mentais, quando oferecidos, não são, na maioria das vezes, eficazes. Isso acontece pela falta de investimento público em centros especializados no cuidado para com essas condições. Consequentemente, muitos portadores, sobretudo aqueles de menor renda, não são devidamente tratados, contribuindo para sua progressiva marginalização perante o corpo social. Este quadro de inoperância das esferas de poder exemplifica a teoria das Instituições Zumbis, do sociólogo Zygmunt Bauman, que as descreve como presentes na sociedade, mas que não cumprem seu papel com eficácia. Desse modo, é imprescindível que, para a refutação da teoria do estudioso polonês, essa problemática seja revertida.

Paralelamente ao descaso das esferas governamentais nessa questão, é fundamental o debate acerca da aversão de parte dos civis ao grupo em pauta, uma vez que ambos são impasses para sua completa socialização. Esse preconceito se dá pelos errôneos ideais de felicidade disseminados na sociedade como metas universais. Entretanto, essas concepções segregam os indivíduos entre os “fortes” e os “fracos”, em que tais fracos, geralmente, integram a classe em discussão, dado que não atingem essas metas estabelecidas, como a estabilidade emocional. Por conseguinte, aqueles que não alcançam os objetivos são estigmatizados e excluídos do tecido social. Tal conjuntura segregacionista - os que possuem algum tipo de transtorno, nesse caso -- na teia social. Dessa maneira, essa problemática urge ser solucionada para que o princípio da alemã seja validado no país tupiniquim.

Portanto, são essenciais medidas operantes para a reversão do estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira. Para isso, compete ao Ministério da Saúde investir na melhora da qualidade dos tratamentos a essas doenças nos centros públicos especializados de cuidados, destinando mais medicamentos e contratando, por concursos, mais profissionais da área, como psiquiatras e enfermeiros. Isso deve ser feito por meio de recursos autorizados pelo Tribunal de Contas da União - órgão que opera feitos públicos - com o fito de potencializar o atendimento a esses pacientes e oferecê-los um tratamento eficaz. Ademais, palestras devem ser realizadas em espaços públicos sobre os malefícios das falsas concepções de prazer e da importância do acolhimento dos vulneráveis. Assim, os ideais inalcançáveis não mais serão instrumentos segregadores e, finalmente, a cotação de Fleck não mais representará a dos brasileiros.

Quanto à estruturação do texto do Anexo 2, nota-se que, como boa parte dos candidatos no Enem, o candidato opta por uma prática discursiva bastante comum, na qual, no parágrafo introdutório, insere um repertório com função de contextualizar o leitor no tema por meio de uma ilustração ficcional do problema apresentado na frase temática.

A escolha, por parte do candidato, de um filme popularmente conhecido, “Coringa”, revela a influência do cenário cultural atual, saturado por filmes estadunidenses de heróis e vilões. Contudo, essa seleção demonstra sensibilidade ao contexto enunciativo, já que a película ilustra discussões importantes sobre doenças mentais. Então, a seleção do repertório se revela extremamente pertinente, já que pode ser relacionado não só com o tema, como também com os dois argumentos do candidato, embora o aluno não tenha retomado a obra nas outras partes do texto.

A seguir, o estudante menciona todos os elementos da frase temática e resume os argumentos a serem tratados, numa espécie de roteiro que o permite se organizar e, ao mesmo tempo, deixar claro para quem lê qual será a orientação argumentativa que tomará. Neste primeiro parágrafo, já é possível notar a presença de certas vozes sociais e culturais no texto, já que o enunciado permite a verificação da construção de um discurso no qual a responsabilidade sobre a saúde mental da sociedade Brasileira recai inteiramente sobre o Estado.

Como prometido, o candidato elabora o primeiro argumento apontando as negligências estatais e, no segundo, abordando os preconceitos sociais a respeito das doenças mentais, caminho argumentativo este que, como já foi dito, é bastante estimulado pelos sistemas de ensino e educadores do país, de modo que é muito utilizado pelos candidatos. Já na proposta interventiva, o aluno em questão oferece uma resolução para ambos os problemas, uma vez que, para ele, quando o Estado age, dirime os preconceitos que circulam na sociedade em torno do tema.

Embora esta seja uma organização argumentativa muito comum no exame, vê-se que o candidato não lança mão dela de forma vaga ou imprecisa, já que, ao invés de apenas apontar para a negligência governamental de modo amplo, indica que a inoperância de instituições governamentais se dá pela falta de investimento em centros de cuidado especializados para tratar doenças mentais, o que culmina no crescimento progressivo da marginalização dos doentes.

Em sua obra, de uma maneira geral, Orlandi (2015) esclarece que o discurso é uma prática social que configura o sujeito no processo de interação, construindo sua

identidade dentro de um contexto histórico e ideológico. No caso desta redação do ENEM, o sujeito discursivo parece se posicionar como alguém consciente das questões sociais, especialmente no que se refere à exclusão e ao estigma das doenças mentais. Isso pois o personagem Arthur Fleck, do filme "Coringa", é utilizado inteligentemente como um símbolo da marginalização e da exclusão social dos portadores de transtornos mentais. Nesse contexto, a menção a um personagem fictício para ilustrar uma realidade social amplia a construção de uma identidade para o "outro" marginalizado, posicionando o autor como um defensor da mudança.

A conclusão do primeiro argumento, por si só, já garante a coesão efetiva entre as ideias dos parágrafos do desenvolvimento, já que o argumento seguinte trata, especificamente, da marginalização e do preconceito do corpo social para com os doentes mentais, que são vítimas da segregação entre “fortes” e “fracos” oriunda de ideais de felicidade equivocados que são considerados metas universais pela sociedade brasileira, de modo que ao não atingir tais metas, os doentes mentais seriam excluídos pelos demais. Essa coesão, que se deu pelo próprio desenvolvimento do primeiro argumento, tornou o uso do conector “paralelamente” produtivo, já que o seu sentido está explicado na própria argumentação.

Nota-se, no exemplar disponível no Anexo 2, um uso não apenas constante e abundante de conectivos, mas também produtivo, uma vez que não é apenas a presença do recurso coesivo que garante o correto estabelecimento das ligações entre as ideias, mas também o modo como o candidato as encadeia e explica a sua relação.

A conclusão do texto, na qual o candidato elabora a proposta de intervenção, mantém uma estrutura muito similar à mencionada anteriormente, já que começa com o efeito, em seguida indica o agente, a ação, o meio/modo e adiciona um detalhamento. É possível dizer, então, que do ponto de vista estrutural e argumentativo, o exemplar do Anexo 2 está em conformidade com as coerções do discurso educacional e procura pôr em prática o que é “convencionado” pelos sistemas apostilados e sites da internet como o modo correto de organizar o texto dissertativo-argumentativo modelo Enem e de elaborar a argumentação para este exame. Não se pode dizer, todavia, que se trata de cópia, já que não é possível recuperar, ao pesquisarmos, um ou mais textos idênticos àquele no todo ou em parte, que tenham sido publicados antes da data da prova.

Nesse exemplar, podemos identificar o sujeito da enunciação apenas por meio do uso da modalização argumentativa deôntica, apontada, em apostilas do Sistema Anglo³, um dos mais adotados pelas escolas particulares de São Paulo, por exemplo, como a mais adequada para textos argumentativos nos quais se exige uma maior formalidade e um certo distanciamento do sujeito em relação ao que está sendo dito, de modo a tornar a argumentação mais “objetiva”.

Convencionou-se, nesse sistema de ensino em específico, que a “subjetividade”, ou seja, colocar-se na primeira pessoa do discurso ou se utilizar de outras modalizações argumentativas como a epistêmica ou a discursiva é mais adequado a gêneros como o artigo de opinião, nos quais a figura do autor é veiculada pela mídia e frequentemente aquele que escreve assina o próprio texto. Sendo assim, é possível notar a presença do sujeito em afirmações como “é imperioso que essa chaga seja resolvida”; “é imprescindível que (...) essa problemática seja revertida”; “esse preconceito se dá”; “são essenciais medidas” etc.

Por outro lado, ele está em diálogo com o leitor, já que a própria adaptação de toda a estrutura textual está de acordo com o que, em tese, é “esperado” pelos corretores do Enem. Ou seja, nota-se que o sujeito que enuncia modela seu discurso para a ideia que faz de seu interlocutor e do que acredita que ele espera ler. Vê-se que o candidato demonstra preocupação em convencer os corretores da seriedade de seus argumentos e que conhece os critérios de correção utilizados pela banca.

Isso porque ele parece os colocar em prática de modo exato ou muito próximo do que circula no discurso presente em alguns materiais de formação em relação ao ensino da produção textual, como os do Anglo. Esse quesito reflete a importância que o estudante atribui à clareza e à persuasão no contexto da produção textual como parte do que ele compreende serem as expectativas do Enem.

Na obra de Orlandi (2015) também é destacado que o discurso está impregnado de ideologia, sendo um instrumento de poder. No texto desse primeiro exemplar analisado, a crítica à negligência estatal e à discriminação social exemplifica como a ideologia sobre as doenças mentais é construída e propagada. Isso porque a omissão governamental e o preconceito da sociedade são apresentados como mecanismos de opressão que perpetuam a exclusão e a marginalização. Esse discurso coloca em evidência as relações de poder presentes na sociedade brasileira, onde as instituições e o povo

³ Anglo: Ensino médio: Formação geral básica: 2ª série: Linguagens e Humanas: Caderno 6 / Carlos Moacir Vedovato Junior...[et al]. -- 1. ed. -- São Paulo: SOMOS Sistemas de Ensino, 2021.

exercem controle, seja pela falta de ação pública, seja pela perpetuação de estigmas, tornando claro o posicionamento ideológico do candidato a respeito do tema.

Ademais, ao utilizar a teoria das "Instituições Zumbis" de Zygmunt Bauman, o autor da redação recorre à metáfora para mostrar a falência do sistema de saúde no Brasil em lidar com os transtornos mentais. Essa utilização de uma teoria externa ao contexto brasileiro representa uma forma de intertextualidade, ou seja, uma estratégia discursiva de dialogar com outros discursos e teorias para reforçar a argumentação. Considerando as proposições de Orlandi (2015), seria possível apontar que esse tipo de estratégia contribui para uma crítica ideológica mais ampla sobre a ineficácia das instituições em responder adequadamente aos desafios sociais.

Ainda, a argumentação do candidato, construída em torno da ideia de que a sociedade brasileira segmenta 'fortes' e 'fracos', reflete uma análise de discurso que põe em evidência como a linguagem ajuda a construir e a fortalecer essas categorias sociais. Nesse cenário, o conceito de felicidade, como um ideal imposto pela sociedade, é utilizado para marcar uma fronteira entre aqueles que se encaixam em determinados padrões e aqueles que são excluídos por não atingirem essas expectativas. A crítica à sociedade por reforçar essa divisão parece ser, na verdade, uma reflexão do candidato sobre como a linguagem contribui para a construção de estigmas e segregação.

Já a proposta de intervenção, que sugere ações como a melhoria dos tratamentos públicos e a realização de palestras sobre preconceito e acolhimento, articula uma resposta concreta aos problemas levantados no início do texto. Nesse sentido, com base na obra de Orlandi (2015), entende-se que o discurso de resistência, no qual o sujeito discursivo busca modificar as condições sociais por meio da ação sobre as práticas discursivas da linguagem, nesse caso, se torna um instrumento para a transformação social e para a reconfiguração da realidade.

A redação apresentada faz uso de estratégias discursivas complexas, como a intertextualidade, a crítica social e a utilização de teorias, para construir argumentos persuasivos sobre a necessidade de mudança no tratamento e na percepção das doenças mentais na sociedade brasileira. Sobre esse aspecto, a obra de Orlandi (2012) nos permitiria observar como as relações de poder e as construções ideológicas se manifestam através da linguagem, afetando tanto os indivíduos quanto as instituições.

Assim, centramo-nos na formação ideológica do autor, ao observar como o texto se apresenta como a materialização de um fragmento do discurso que é atravessado por discursos educacionais e acadêmicos. Em Orlandi (2012), a "formação ideológica" é um

conceito central na Análise do Discurso que se refere ao conjunto de valores, crenças e ideias compartilhadas por um grupo social que influenciam a maneira como os indivíduos produzem e interpretam discursos. Em outras palavras, é o "pano de fundo" ideológico que orienta o modo como as pessoas entendem o mundo e como se posicionam em relação a ele ao se expressarem.

Em sua obra, Orlandi (2015) comenta que a formação ideológica não é fixa; ela se constitui historicamente e é moldada por fatores sociais e políticos. Através da formação ideológica, cada sujeito se insere em uma rede de significados que, de maneira inconsciente, afeta o que ele diz e como interpreta o que é dito. Esse conceito ajuda a explicar por que certos sentidos parecem "naturais" para algumas pessoas e "estranhos" para outras, revelando a influência da ideologia nas condições de produção dos significados.

Com base nisso, então, é possível identificar, até aqui, como as forças formativas dos discursos educacionais que imperam nos cursinhos e sistemas de ensino de fato parecem se basear nos textos de formação de corretores divulgados pelo Inep. Tal fato, como vimos, molda o discurso e revela uma ideologia subjacente: a de que só há um modo adequado de produzir uma redação modelo Enem, já que a análise demonstrou que o texto está formatado para atender as expectativas de correção, o que reflete a interação entre o discurso formal e a prática educacional. Essa ideologia, subjacente no texto, ao considerarmos o esforço do candidato em se adequar aos critérios de correção e às estruturas de organização textual consideradas adequadas, demonstra a internalização, por parte do autor, de certos valores e expectativas educacionais que o atravessam.

Redação 2

Texto da redação:

De acordo com o filósofo Platão, a associação entre saúde física e mental seria imprescindível para a manutenção da integridade humana. Nesse contexto, elucida-se a necessidade de maior atenção ao aspecto psicológico, o qual, além de estar suscetível a doenças, também é alvo de estigmatização na sociedade brasileira. Tal discriminação é configurada a partir da carência informacional concatenada à idealização da vida nas redes sociais, o que gera a falta de suporte aos necessitados. Isso mostra que esse revés deve ser solucionado urgentemente.

Sob essa análise, é necessário salientar que fatores relevantes são combinados na estruturação dessa problemática. Dentre eles, destaca-se a ausência de informações precisas e contundentes a respeito das doenças mentais, as quais, muitas vezes, são tratadas com descaso e desrespeito. Essa falta de subsídio informacional é grave, visto que impede que uma grande parcela da população brasileira conheça a seriedade das patologias psicológicas, sendo capaz de comprometer a realização de tratamentos

adequados, a redução do sofrimento do paciente e a sua capacidade de recuperação. Somada a isso, a veiculação virtual de uma vida idealizada também contribui para a construção dessa caótica conjuntura, pois é responsável pela crença equivocada de que a existência humana pode ser feita, isto é, livre de obstáculos e transtornos. Esse entendimento falho da realidade fez com que os indivíduos que não se encaixem nos padrões difundidos, em especial no que concerne à saúde mental, sejam vítimas de preconceito e exclusão. Evidencia-se, então, que a carência de conhecimento associado à irrealidade digitalmente disseminada arquitetada esse lastimável panorama.

Consequentemente, tais motivadores geram incontestáveis e sérios efeitos na vida dos indivíduos que sofrem de algum gênero de doença mental. Tendo isso em vista, o acolhimento insuficiente e a falta de tratamento são preocupantes, uma vez que os acometidos precisam de compreensão, respeito e apoio para disporem de mais energia e motivação no enfrentamento dessa situação, além de acompanhamento médico e psicológico também ser essencial para que a pessoa entenda seus sentimentos e organize suas estruturas psicológicas de uma forma mais salutar e emancipadora. O filme “Toc toc” retrata precisamente o processo de cura de um grupo de amigos que são diagnosticados com transtornos de ordem psicológica, revelando que o carinho fraternal e o entendimento mútuo são ferramentas fundamentais no desenvolvimento integral da saúde. Mostra-se, assim, que a estigmatização de doentes mentais produz a escassez de elementos primordiais para que eles possam ser tratados e curados.

Urge, portanto, que o Ministério da Saúde crie uma plataforma, por meio de recursos digitais, que contenha informações a respeito das doenças mentais e que proponha comportamentos e atitudes adequadas a serem adotados durante uma interação com uma pessoa que esteja com alguma patologia do gênero, além de divulgar os sinais mais frequentes relacionados à ausência de saúde psicológica. Essa medida promoverá uma maior rede informacional e propiciará um maior apoio aos necessitados. Ademais, também cabe à sociedade e a mídia elaborar campanhas que preguem a contrariedade ao preconceito no que tange os doentes dessa natureza, o que pode ser efetivado através de mobilizações em redes sociais e por intermédio de programas televisivos com viés informativo. Tal iniciativa é capaz de engajar a população brasileira no combate a esse tipo de discriminação. Com isso, a ideia platônica será convertida em realidade no Brasil.

Um pouco mais flexível quanto à estrutura, o segundo exemplar, do Anexo 3, demonstra a habilidade do candidato de relacionar e desenvolver mais informações, quando comparamos as duas produções reproduzidas até aqui. Apesar disso, ainda é possível notar um esforço em direção à adequação de uma determinada organização da dissertação reproduzida no discurso escolar. Isso porque apesar de um tanto quanto prolixo, o candidato ainda procura se enquadrar nos formatos considerados adequados, uma vez que contextualiza o leitor no tema por meio de um repertório, insere os elementos da frase temática e resume didaticamente os argumentos no parágrafo introdutório.

Na argumentação também é possível notar o esforço do estudante em se adequar à estrutura dos parágrafos de argumentação consolidados no meio educacional. Embora cada parágrafo apresente pelo menos duas ideias centrais, eles ainda são iniciados por uma afirmação curta e objetiva conhecida como “tópico frasal”, que resume a ideia que será defendida logo após. Ademais, a hierarquização das ideias no desenvolvimento

também circula com frequência no discurso pedagógico relativo ao ensino de produção textual, já que organizam os fatos tratando de possíveis causas e, a seguir, de suas correspondentes consequências.

No primeiro argumento, o candidato destaca duas possíveis causas para o estigma associado às doenças mentais no contexto brasileiro: a falta de informações precisas sobre as doenças e um entendimento inadequado da existência humana por conta da disseminação virtual de padrões de vida equivocados. Embora aponte as consequências da falta de informação, o estudante não explica como ou porquê essa ausência se dá, mas expande a ideia quando trata de crenças equivocadas a respeito da realidade, de modo a abarcar todos esses conceitos no que considera como “carência de conhecimento”. É interessante notar, nesse parágrafo do desenvolvimento, como a escolha de vocábulos se dá na direção do vazio.

Arbitrariamente, o candidato utiliza termos que corroboram o conceito de estigma, como: ausência; falta; carência e exclusão (para desenvolver a ideia de desconhecimento), além de: descaso; desrespeito; grave; seriedade; caótica; equivocada; falho; preconceito e lastimável (que apontam para o grau de importância com que o assunto deve ser tratado em sua opinião). Tais escolhas, de assuntos, de léxico e do tom dado à discussão, nos permitem analisar o modo como o candidato expresso sua opinião sobre o tema e os procedimentos de persuasão utilizados por ele que, embora não apresentem repertório legitimado, são adequadamente desenvolvidos, apesar da lacuna de sentido mencionada anteriormente.

Já no segundo parágrafo de argumento, o candidato se detém nas consequências que acredita advirem das causas defendidas por ele no parágrafo anterior. Segundo ele, a ausência de conhecimento se expande para outras faltas: de acolhimento e de tratamento médico. Para esse posicionamento, por sua vez, ao invés de apenas relacionar conceitos entre si, o estudante decidiu utilizar mais um repertório, dessa vez com função de ilustrar a importância que os dois quesitos têm para a recuperação dos doentes. Assim, a obra mencionada, fruto da influência que o meio cultural tem na formação de sua visão de mundo, não cumpre papel de ilustrar a falta, mas sim o que acontece quando os doentes recebem apoio, o que expande e corrobora seu posicionamento a respeito da importância do conhecimento acerca das doenças mentais.

E é a argumentação que torna mais clara, para quem lê, a opção, por parte do candidato, de um repertório filosófico (em geral contemplado na formação discursiva escolar) que aponte para o assunto ao invés do tema, uma vez que a ideia platônica

mencionada não trata do estigma associado às doenças mentais, mas sim da importância da saúde mental na vida das pessoas, o fato de que, para o autor, ela é tão importante quanto a saúde física. Isso tudo nos leva a crer que, apesar de tentar se adequar à estrutura textual disseminada no discurso pedagógico, o estudante organiza as ideias e referências de um modo bastante original e inesperado, que só pode ser plenamente compreendido quando se considera o conjunto textual.

Além disso, é possível notar que, diferentemente do que ocorre no exemplar anterior, a redação do Anexo 3 não atribui ao Estado toda a responsabilidade pelos problemas relativos ao tema. Isso reflete uma ideologia específica a respeito não só das doenças mentais, como da saúde psicológica no mundo contemporâneo que lida com os paradoxais problemas oriundos do acesso à internet e às redes sociais, nos quais ao mesmo tempo em que há a disseminação massiva de “valores” equivocados, falta informação confiável, como o candidato defende em seu texto. Por si só, essas escolhas, por parte do aluno, superam as ideologias que circulam no discurso pedagógico de preparação para o exame.

Finalmente, no parágrafo de conclusão, não é possível notar uma preocupação em relação às estruturas mais comuns de proposta de intervenção divulgadas pela mídia. Outro diferencial é a presença de duas propostas bastante completas, o que demonstra que o candidato optou por resolver boa parte dos problemas mencionados no texto, embora isso não seja necessário para se receber a nota máxima na Competência V. Tal escolha contribuiu tanto com a coesão entre as ideias entre as partes macroestruturais (introdução, desenvolvimento e conclusão) quanto em relação à qualidade do projeto textual, que se quis mais completo e estratégico. Nota-se, então, que o estudante em questão não apenas tenta se adequar aos critérios de correção, às estruturas textuais disseminadas pelo discurso educacional, como também procura superar essas expectativas, dentro de suas limitações.

Diferentemente do exemplar anterior, neste texto a presença do sujeito é evidente, especialmente por meio da modalidade argumentativa deontica, que aponta o que é considerado necessário ou obrigatório em relação ao tema explorado pelo candidato. Além disso, há o uso da modalidade argumentativa discursiva, visível em expressões como 'lastimável', o que confere uma marca acentuada de subjetividade ao texto. No entanto, essa prática de inserir subjetividade não é frequentemente incentivada pelo discurso pedagógico no ensino de redação para o Enem.

Na obra de Orlandi (2007), é possível perceber uma crítica contundente à maneira como a língua e o discurso estão intimamente ligados às formas de exclusão e estigmatização presentes na sociedade. Orlandi (2007) sugere que o estigma em torno das doenças mentais não se dá apenas pela falta de informação, mas pela construção social dos discursos que circulam sobre o tema. Esses estigmas são sustentados por narrativas culturais, históricas e midiáticas que reforçam estereótipos e preconceitos.

A análise da redação revela como o candidato, ao abordar a saúde mental, incorpora elementos do discurso dominante, que geralmente perpetuam visões errôneas e preconceituosas sobre o tema. Observa-se que ele recorre a expressões e construções que refletem um estigma enraizado na sociedade, marginalizando, ainda que diretamente, aqueles que enfrentam transtornos psicológicos. A redação sugere que a normalização de certos comportamentos e a exclusão de outros considerados "desviantes" aparecem sutilmente na escolha de palavras e argumentos, reforçando uma visão de saúde mental que contribui para sua visibilidade e acessibilidade social. Esse assunto revela o impacto do discurso social no texto do candidato e destaca a importância de se promover uma linguagem mais inclusiva e sensível ao tema.

Outrossim, Orlandi (2015, p. 123) destaca que o discurso deve ser entendido não apenas como uma ferramenta para transmitir informações, mas como um agente ativo na formação das relações sociais. Isso foi colocado em prática pelo candidato na elaboração da sua proposta de intervenção, quando dá a sugestão de criar uma plataforma digital que ofereça informações sobre doenças mentais e forneça orientações sobre como tratar os indivíduos que enfrentam esses problemas é pertinente, mas precisa ser mais detalhada.

A simples disponibilização de informações não é suficiente se não for acompanhada de uma mudança na forma como a sociedade lida com esses indivíduos. Para que a intervenção tenha sucesso, é necessário um esforço coletivo para reconfigurar o discurso social sobre saúde mental, substituindo a estigmatização pela empatia e o apoio. Isso implica uma conscientização profunda sobre a importância de um cuidado integral, que envolva tanto o tratamento médico quanto o acolhimento emocional e social, como defendido pela obra de Orlandi (2012).

Redação 3

Texto da redação:

Manoel de Barros, grande poeta pós-modernista, desenvolveu em suas obras uma “teologia do traste”, cuja principal característica reside em dar valor às situações frequentemente esquecidas ou ignoradas. Segundo a lógica barrosiana, faz-se preciso, portanto, valorizar também a problemática das doenças mentais no Brasil, ainda que elas sejam estigmatizadas por parte da sociedade. Nesse sentido, a fim de mitigar os males relativos a essa temática, é importante analisar a negligência estatal e a educação brasileira.

Primordialmente, é necessário destacar a forma como parte do Estado costuma lidar com a saúde mental no Brasil. Isso porque, como afirmou Gilberto Dimenstein, em sua obra “Cidadão de Papel”, a legislação brasileira é ineficaz, visto que, embora aparente ser completa na teoria, muitas vezes, não se concretiza na prática. Prova disso é a escassez de políticas públicas satisfatórias voltadas para a aplicação do artigo 6 da “Constituição Cidadã”, que garante, entre tantos direitos, a saúde. Isso é perceptível seja pela pequena campanha de conscientização acerca da necessidade a saúde mental, seja pelo pouco espaço destinado ao tratamento das doenças mentais nos hospitais. Assim, infere-se que nem mesmo o princípio jurídico foi capaz de garantir o combate ao estigma relativo a doenças psíquicas.

Outrossim, é igualmente preciso apontar a educação, nos moldes predominantes no Brasil, como outro fator que contribui para a manutenção do preconceito contra as doenças psiquiátricas. Para entender tal apontamento, é justo lembrar a obra “Pedagogia da Autonomia”, do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, na medida em que ela destaca a importância das escolas em fomentar não só o conhecimento técnico-científico, mas também habilidades socioemocionais, como respeito e empatia. Sob essa ótica, pode-se afirmar que a maioria das instituições de ensino brasileiras, uma vez que são conteudistas, não contribuem no combate ao estigma relativo às doenças mentais e, portanto, não formam indivíduos da forma como Freire idealiza.

Frente a tal problemática, faz-se urgente, pois, que o Ministério Público, cujo dever, de acordo com o artigo 127 da “Constituição Cidadã”, é garantir a ordem jurídica e a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cobre do Estado ações concretas a fim de combater o preconceito às doenças mentais. Entre essas ações, deve-se incluir parcerias com as plataformas midiáticas, nas quais propagandas de apelo emocional, mediante depoimentos de pessoas que sofrem esse estigma, deverão conscientizar a população acerca da importância do respeito e da saúde mental. Ademais, é preciso haver mudanças escolares, baseadas no fomento à empatia, por meio de debates sobre temas socioemocionais.

A terceira e última unidade de análise, do Anexo 4, apresenta um texto similar aos demais no que tange à organização, à defesa do ponto de vista, à modalização argumentativa utilizada etc., embora no que se refere à sua organização textual, seja mais similar ao primeiro exemplar analisado. Não nos deteremos nesses aspectos para não incorrerem em repetições, que não contribuem para a análise.

Entretanto, nesse último caso, o que chama mais a atenção e deve ser evidenciado é o uso massivo de repertórios ditos “coringa”, amplamente reproduzidos nos materiais de ensino e mesmo nas redes sociais, que são relevantes para a discussão do conceito de autoria no contexto do Enem. Embora seus sentidos sejam deveras genéricos e, por isso mesmo, muito versáteis, de modo que podem ser adaptados a diversos temas, não é possível dizer que os usos feitos pelo candidato estejam incorretos, vagos ou incoerentes.

No parágrafo introdutório, o estudante lança mão da “teologia do traste”, uma visão filosófica e poética que valoriza o que é comumente marginalizado, em contraste com as abordagens literárias mais comuns, por ser considerado inútil ou desprezível pela sociedade. Vê-se que tal ideia seria adequada para tratar a respeito de qualquer tema de redação que envolvesse algum grupo social marginalizado. Esse é o caso da maior parte, senão de todos os temas do Enem, como o da prova de 2020, que trata do estigma sofrido pelos doentes mentais na sociedade brasileira.

Em sua redação, o candidato relaciona bem o conceito ao tema da prova utilizando a expressão “segundo a lógica barrosiana”, que leva o leitor a ver a realidade retratada pela proposta através das lentes da lírica de Manoel de Barros, a qual possibilitaria, de forma lógica, reunir como importantes situações e até mesmo grupos de qualquer ordem, desde que sejam considerados desimportantes no meio social. Vê-se, assim, que a coesão entre o repertório genérico e o tema da redação foi bem-feita por meio de uma possibilidade de aparecimento do termo “estigma”, da frase temática, como algo esquecido ou ignorado.

Do mesmo modo, no primeiro argumento o candidato lança mão não apenas de repertórios amplamente reproduzidos no discurso pedagógico, como a obra “Cidadãos de Papel” e o sexto artigo da Constituição federal, como também de ideias dominantes nesse meio, como a responsabilização do Estado, que embora promova algumas campanhas de conscientização, não disponibiliza espaços adequados de tratamento para doentes mentais, conforme afirma o candidato, e o abismo existente entre o texto legislativo e sua concretização prática.

Novamente, percebemos que o estudante lança mão, em praticamente todos os aspectos, de estratégias de organização, defesa e desenvolvimento das ideias que são consideradas “canônicas” na esfera pedagógica. Contudo, apesar disso, não o faz de modo equivocado, vago e difuso, mas opera bem, de modo que não se pode dizer que não existe, nesse exemplar, aspectos de subjetividade ou marcas de autoria, já que o candidato demonstra estar ciente das expectativas do interlocutor e se adapta a elas de modo eficiente, escolhas, inclusive, que podem ser lidas como políticas.

A escolha desse referencial poético reflete uma compreensão crítica e profunda do tema, demonstrando que o candidato sabe como vincular uma proposta filosófica a um problema social complexo. No entanto, o uso desses "repertórios coringa" levanta uma questão importante sobre a originalidade do discurso, especialmente em uma situação de avaliação, onde o domínio da estrutura e das normas é muitas vezes mais valorizado do que a inovação criativa.

Ao mesmo tempo, a relação entre a teoria e a prática é outro ponto crucial para a análise das redações. A referência ao artigo 6 da Constituição, que garante o direito à saúde, exemplifica como a legislação brasileira, embora avançada na teoria, ainda carece de implementação prática eficaz.

O candidato faz um bom uso dessa discrepância para questionar a eficiência do Estado em lidar com as questões de saúde mental, sugerindo que o sistema de saúde pública, embora formalmente capacitado, não oferece as condições necessárias para o tratamento das doenças mentais. O fato de o discurso se apoiar em argumentos sólidos e repertórios amplamente aceitos não diminui a relevância da crítica; pelo contrário, ela a torna mais contundente.

Contudo, a discussão sobre a educação e o papel da escola no combate ao preconceito relativo às doenças mentais traz à tona uma crítica essencial à pedagogia tradicional. Paulo Freire, ao destacar a importância de promover habilidades socioemocionais nas escolas, abre caminho para uma reflexão mais ampla sobre como a educação pode, de fato, contribuir para a formação de uma sociedade mais empática e respeitosa. Nesse contexto, o candidato argumenta que as escolas brasileiras, ao focarem excessivamente em conteúdos técnicos e acadêmicos, negligenciam a formação de cidadãos críticos e solidários, fundamentais para a desconstrução do estigma relacionado às doenças psiquiátricas. Esta é uma crítica válida e que se alinha à teoria freiriana, que defende a educação como um processo transformador da realidade social.

Verifica-se, pois que candidato propõe soluções concretas para enfrentar esse estigma, destacando a importância de uma atuação mais firme do Ministério Público e a criação de campanhas de conscientização nos meios de comunicação. Além disso, sugere mudanças estruturais nas escolas para promover a empatia entre os estudantes. Essas propostas são um reflexo de uma abordagem prática e realista, que visa transformar a situação ao invés de apenas diagnosticá-la. Ao integrar diferentes esferas, como a mídia, a educação e a legislação, a proposta torna-se mais eficaz, pois abrange não apenas o tratamento imediato das doenças mentais, mas também a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente das necessidades dos indivíduos que sofrem com esses transtornos.

Parece, assim, que mesmo em casos em que as coerções parecem agir com maior ímpeto sobre a função-autor, ela não deixa de existir. Porém, não é raro, para nós que atuamos na área da educação básica com a produção textual, que encontremos centenas de textos nos quais essas referências sequer são compreendidas adequadamente, quiçá bem utilizadas e relacionadas às ideias e ao tema. Isso não apareceu nesta pesquisa, justamente porque houve a opção pela análise apenas de textos que receberam a nota máxima, além do fato de se tratar de uma pesquisa qualitativa, ao invés de quantitativa.

Assim, é válido reforçar o que disse Orlandi (1987) a respeito da necessidade de um discurso pedagógico polêmico. É possível, sim, apresentar uma série de autores, conceitos e organizações textuais que podem ser utilizados pelos estudantes, desde que isso seja feito de modo mais contextualizado, crítico e aprofundado, a fim de desafiar as normas e fórmulas estabelecidas.

Ademais, é preciso lembrar que as salas de aulas são compostas por grupos de estudantes quase sempre muito diversos entre si em vários aspectos. Sendo assim, há uma série de limitações pedagógicas nas aulas de redação que podem ser empecilhos para o desenvolvimento de um texto mais autoral, já que podem tender mais à padronização das ideias, dos repertórios e das organizações textuais em função do exíguo tempo de aula, de recursos disponibilizados pela escola etc.

Nesse sentido, a correção textual que, nos termos de Bakhtin (2011), dialoga com o texto do aluno, ao invés de apenas atribuir notas e níveis nos critérios de correção, pode ser a saída para que o estudante encontre suas próprias formas de organização e seu estilo pessoal. Isso quer dizer que o trabalho com a produção textual não pode se dar apenas no cenário coletivo da sala de aula, em que se apresentam algumas possibilidades ao corpo discente. É preciso que os estudantes tenham a possibilidade de receberem um

atendimento personalizado, individual, no qual as particularidades de seus textos sejam compreendidas e discutidas com um corretor e plantonista de redação.

É preciso, também, que como uma instituição de importância nacional que lida com a seleção de estudantes para o ensino superior, que o Inep seja mais cuidadoso no que se refere à coibição de cópia, tendo em vista que se trata de um ato ilícito. Isso porque após a revelação, por parte da mídia, dos textos analisados nesta pesquisa, foram feitas inúmeras reproduções com temas variados, utilizando a mesma estrutura. Basta que se pesquise, no buscador, pelo trecho “Manoel de Barros, grande poeta pós-modernista, desenvolveu em suas obras uma "teologia do traste" cuja principal característica reside em dar valor as situações frequentemente esquecidas ou ignoradas. Segundo a lógica barrosiana é preciso, portanto”, para verificar este fato.

À guisa de conclusão da seção de análise, podemos ver que no exemplar do Anexo 4, o candidato se encontra mais atado às expectativas e ao discurso pedagógico, já que não ousa nas escolhas que faz, inclusive de referencial histórico e cultural. Já no caso do primeiro exemplo, do Anexo 2, apesar de demonstrar preocupação em atender a essas expectativas, realiza um bom desenvolvimento das ideias, ainda que não supere os modelos apresentados em sua formação. No segundo exemplar analisado (Anexo 3), porém, o estudante supera, em vários aspectos, os modelos. Em ambos os anexos 2, 3 e 4, é possível verificar as marcas da subjetividade do sujeito enunciador.

Orlandi (2015) e Indursky (2002) estão corretas no que tange à ideia de que a função-autor ou o sujeito-autor, apesar de coagido pelas condições de produção enunciativas, como é o caso da avaliação seletiva da redação do Enem, pode expressar sua subjetividade ao realizar um bom trabalho dando a impressão de homogeneidade (efeito-texto) ao que é, por essência, heterogêneo.

Isso implica dizer que, de fato, ideias como originalidade e criatividade não são critérios para avaliar a presença da autoria, embora o exemplar do Anexo 3, ao superar os modelos que circulam no discurso pedagógico, o tenha feito de modo surpreendente e criativo, algo que pode ser estimulado pelos educadores através da exposição de variados textos e estilos aos alunos, como defende Indursky (2002) e por atendimentos personalizados de correção e de plantão de dúvidas de redação.

A análise das estratégias argumentativas utilizadas nas redações do Enem aqui analisadas demonstra que os candidatos possuem uma habilidade notável em adaptar repertórios amplamente conhecidos para situações específicas, como no caso da "teologia do traste" de Manoel de Barros, que é associada ao estigma das doenças mentais, de modo

que os candidatos obtiveram sucesso, em maior ou menor grau, em “apagar as marcas da costura”, como defende Indursky (2001, p. 27-42).

5. Conclusão

Por meio da análise dos três textos dissertativos-argumentativos selecionados de candidatos que prestaram o Enem 2020, pudemos ver que a autoria consegue se manifestar, mesmo quando inserida no cenário específico de uma avaliação seletiva cujos critérios de correção e demais fatores coercitivos se tornaram mais conhecidos após a divulgação dos materiais de formação pelo Inep. Isso porque, mesmo quando coagida pelos padrões estabelecidos, a função-autor consegue abrir espaço para a subjetividade do enunciador seja por meio das escolhas argumentativas que faz, das estratégias de modalização que utiliza e da mobilização que faz dos repertórios históricos, culturais e acadêmicos de que dispõe.

No primeiro exemplar analisado (Anexo 2), vimos que ficou evidente a capacidade do autor de desenvolver suas ideias dentro das expectativas pedagógicas com certa autonomia, já que a própria escolha de se adaptar às normas, além do modo como construiu e desenvolveu seu ponto de vista ocorreram de maneira eficiente e estratégica. Ademais, os recursos linguísticos e a modalização argumentativa utilizados constituíram marcas da presença da subjetividade do sujeito-autor. Compreendemos, assim, que o discurso fora organizado daquela forma intencionalmente, com vistas a estabelecer diálogo com as ideias que o autor tinha de seu interlocutor e, desse modo, atingir seus objetivos comunicativos.

Já no caso do segundo texto (Anexo 3), consideramos que houve uma superação dos modelos canônicos, pois apesar de termos notado um esforço por manter as estruturas consideradas adequadas pelo discurso pedagógico para esse tipo de texto, o escritor apresentou uma abordagem temática inovadora e criativa, demonstrando a possibilidade de, ao mesmo tempo em que busca se adequar, transgredir eficazmente os padrões impostos.

Por outro lado, o último texto analisado (Anexo 4) se mostrou fortemente ligado a repertórios considerados amplos, genéricos, popularmente conhecidos como “repertórios coringas”, que costumam ser reproduzidos na prática pedagógica no que concerne ao ensino da produção textual. Assim, observamos que houve, nesse caso, menor grau de inovação e maior esforço por se ater às estratégias pedagógicas predominantes contempladas pelo discurso educacional. Ainda assim, notamos que o

estudante em questão articulou as ideias de modo impecável, demonstrando compreensão desses repertórios e das formas como poderia ligá-los ao tema e aos argumentos, o que consideramos como um trabalho da função-autor.

Dessa forma, a análise permite uma reflexão sobre como a função-autor se manifesta em cenários avaliativos como o Enem, destacando a necessidade de não apenas adotar modelos prontos, mas também de ultrapassá-los, o que leva à conclusão de que o desenvolvimento da autoria deve ser uma prática mais crítica e reflexiva.

É possível dizer, pois, que este estudo nos ajudou a compreender o conceito de autoria especificamente na avaliação do Enem, a qual influenciou em grande medida o trabalho feito pela função-autor, sujeita às normas e pressões pedagógicas. Porém, as análises realizadas nos confirmaram a importância de que, como educadores, estimulemos nossos estudantes não a apenas assimilarem (e muito menos memorizarem e copiarem) os ditos modelos prontos ou textos exemplares, mas sim os compreenderem com vistas a superá-los.

Isso porque por meio da aplicação da metodologia da Análise do Discurso de Orlandi (2015) verificamos a presença dos discursos formativos quando notamos a busca dos candidatos pelo meio-termo entre o que pensam serem as exigências da banca e sua própria autenticidade. Tal fato enriqueceu a discussão a respeito da importância e da influência que os critérios de correção têm sobre a escrita dos candidatos, bem como sobre a responsabilidade da banca ao divulgar informações e ao elaborar esses mesmos critérios.

Assim, é possível afirmar que, de um ponto de vista prático, esta pesquisa nos forneceu embasamento para a convicção de que a prática pedagógica deve abordar a produção textual de forma mais crítica e contextualizada, de modo a contribuir na formação dos educandos não apenas com o conhecimento das coerções a que seu texto será submetido, mas também às formas de buscar por sua própria voz em meio a elas, incentivando a sua criatividade. Afinal, não há uma afirmação categórica, por parte da banca avaliadora do Enem, de que apenas organizações como as analisadas nesta pesquisa podem alcançar a nota máxima.

Apesar dessas contribuições, esta pesquisa apresenta algumas limitações, já que o estudo, por seu caráter qualitativo, ficou restrito a um exíguo número de unidades de análise. Ademais, ele focou especificamente em textos que obtiveram a nota máxima, fato este que nos impede de fazer generalizações acerca da totalidade de práticas e estratégias utilizadas pelos candidatos.

Além disso, apesar de a análise feita mencionar a influência do discurso pedagógico ou educacional e dos enunciados de materiais de preparação para o vestibular, isso se deu de modo limitado, dado o tamanho do corpus. Além disso, esses aspectos não eram o foco desta pesquisa e nem poderiam, dado que seriam necessárias outras investigações mais abrangentes, qualitativa e quantitativamente, e nosso interesse se voltava especificamente ao conceito de autoria.

A própria escolha, dentro das possibilidades de enunciados argumentativos, por textos dissertativos-argumentativos produzidos na situação de prova do Enem já limitou o nosso olhar significativamente. Esse recorte, que exclui outros gêneros e outras condições de enunciação foi necessário, mas também nos impediu de ampliar nossas descobertas a outros tipos de produção textual.

O trabalho com o funcionamento da linguagem é essencial em todas as áreas do conhecimento, pois atua como a base da comunicação e da troca de ideias entre disciplinas, promovendo clareza e precisão na transmissão de conceitos. Além disso, o domínio da linguagem é primordial para o desenvolvimento do pensamento crítico, permitindo a análise e interpretação de textos, bem como a construção de argumentos sólidos.

A pesquisa sobre linguagem também tem um impacto social significativo, promovendo inclusão e diversidade ao valorizar diferentes formas de expressão cultural e moldar identidades. Portanto, investir no estudo da linguagem não apenas enriquece cada área do saber, mas também potencializa o impacto social das descobertas, contribuindo para um desenvolvimento mais integrado e consciente da sociedade.

Sendo assim, o estudo da autoria pode ser ampliado em futuras pesquisas ao incluir uma amostra maior e mais diversificada de textos dissertativos-argumentativos modelo Enem, além de dissertações redigidas em outros vestibulares, como os da Vunesp e da Fuvest, os quais utilizam conjuntos mais diversos de critérios de avaliação. Isso poderia fornecer uma visão mais ampla e representativa das práticas de escrita dos vestibulandos. Para além disso, a investigação da autoria em outros vestibulares, que nem sempre exigem textos argumentativos, como a Comvest, pode ser cotejado com os resultados obtidos neste estudo.

Nesta pesquisa, nos centramos mais na figura do enunciador, de modo que a outra parte, a do receptor das unidades de análise, apenas foi mencionado ao tratarmos dos critérios de correção. Nesse tocante, uma investigação acerca da percepção que os corretores e outros educadores têm sobre o conceito de autoria poderia fornecer pistas

significativas sobre como o discurso pedagógico atua na reescrituração e na avaliação dos textos.

Também é preciso dizer que esta pesquisa analisou textos localizados em um cenário e momento específicos, já que foram produzidos logo após a liberação dos critérios de correção pela banca dado o momento pandêmico. Dessa forma, há espaço para uma análise que investigue a evolução da autoria ao longo do tempo no próprio exame do Enem, bem como em outros processos seletivos.

Uma abordagem longitudinal seria útil para verificarmos como as práticas e a expressão da autoria se desenvolvem em diferentes fases do processo educacional. Afinal, ao longo do tempo houve mudanças nos critérios de correção, naturalmente, bem como nos materiais de formação educacional. Assim, seria possível compreender como a autoria é moldada por fatores temporais e contextuais diversos.

Em resumo, a presente pesquisa conseguiu responder o seguinte questionamento: “há espaço para a expressão da subjetividade nas avaliações do Enem?”, a partir da análise do corpus. Porém, vistas as limitações que este estudo apresenta, demos sugestões de pesquisa que poderiam aprofundar a compreensão do conceito de autoria, dos critérios de correção de vestibular e do ensino de produção textual. Tais considerações visam a construção coletiva de práticas pedagógicas mais eficazes e de avaliações mais justas e adequadas dos textos produzidos pelos candidatos ao Enem.

6. Referências

ASSOLINI, Elaine. **A leitura na perspectiva discursiva: considerações iniciais**. Disponível em: <https://www.revide.com.br/blog/elaine-assolini/leitura-na-perspectiva-discursiva>. Acesso em: 27 maio 2020. (Documento não paginado).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Competência I**. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/Enem/downloads/2020/Competencia_1.pdf> Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Competência II**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/Enem/downloads/2020/Competencia_2.pdf> Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Competência III**. Brasília, 2019c. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/Enem/downloads/2020/Competencia_3.pdf> Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Competência IV**. Brasília, 2019d. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/Enem/downloads/2020/Competencia_4.pdf> Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Competência V**. Brasília, 2019e. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/Enem/downloads/2020/Competencia_5.pdf> Acesso em: 18 jul. 2024.

GALLO, Solange Leda. **Ensino da língua escrita x ensino do discurso escrito**. 1990. 138f. Dissertação (Mestre em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, SP, 1990.

INDURSKY, Freda. **Leitura, escrita e ensino à luz da Análise do Discurso**. In: NASCIMENTO Lucas (org.) *Presenças de Michel Pêcheux: da análise do discurso ao ensino*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019, p. 97-119.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001. p. 27-42.

INDURSKY, Freda. As determinações da prática discursiva da escrita. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 12 - n. 1 - p. 30-47 - jan./jun. 2016.

LAGAZZI-RODRIGUES Suzy. **Texto e autoria**. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 89-113.

MITTMANN, Solange. **Princípios fundamentais e questões (não tão) particulares sobre autoria (Apresentação)**. In: MITTMANN, Solange (org.) *A autoria na disputa pelos sentidos*. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2016.

ORLANDI, E. P. **A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Seminário de Estudos em Análise de Discurso, v. 8-18, 2003.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso**. 2. ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed da Unicamp, 1988.

_____. **A escola e suas mediações: como se usa o material didático**. In: *Revista Educação e Sociedade - Rev. Quadrimestral de Ciências da Educação*. São Paulo: Cortez, v. 5, n. 16, p. 138-145, dezembro/83.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho do simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Nem escritor, nem sujeito:** autor. In: *Leitura: teoria e prática*. Campinas: Mercado Aberto, n. 9, p. 13-7, jun/1987.

_____. **Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico.** In: *Rua*, n. 4, Campinas: Unicamp, 1998, p. 9-19.

_____. **Nem escritor, nem sujeito: apenas autor.** In: ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 12^a ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

SILVA, Mirian Heloise Pereira da. **Manifestações de práticas de ensino da dissertação escolar no Instagram: reflexões sobre o ensino de argumentação e o vestibular.** 2023. 63 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto – PROLEITURA) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SIMÕES, Darcilia. Projeto de texto e iconicidade: Uma reflexão sobre a eficácia comunicativa. IN: **Cadernos de Semiótica Aplicada**. Vol. 5.n.1, agosto de 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/553/473>> Acesso em: 10 jul. 2024.

7. Anexos

Anexo 1

enem2020
Exame Nacional do Ensino Médio



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

A maior parte das pessoas, quando ouve falar em "saúde mental", pensa em "doença mental". Mas a saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais. Pessoas mentalmente saudáveis compreendem que ninguém é perfeito, que todos possuem limites e que não se pode ser tudo para todos. Elas vivenciam diariamente uma série de emoções como alegria, amor, satisfação, tristeza, raiva e frustração. São capazes de enfrentar os desafios e as mudanças da vida cotidiana com equilíbrio e sabem procurar ajuda quando têm dificuldade em lidar com conflitos, perturbações, traumas ou transições importantes nos diferentes ciclos da vida. A saúde mental de uma pessoa está relacionada à forma como ela reage às exigências da vida e ao modo como harmoniza seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções. Todas as pessoas podem apresentar sinais de sofrimento psíquico em alguma fase da vida.

Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO II

A origem da palavra "estigma" aponta para marcas ou cicatrizes deixadas por feridas. Por extensão, em um período que remonta à Grécia Antiga, passou a designar também as marcas feitas com ferro em brasa em criminosos, escravos e outras pessoas que se desejava separar da sociedade "correta" e "honrada". Essa mesma palavra muitas vezes está presente no universo das doenças psiquiátricas. No lugar da marca de ferro, relegamos preconceito, falta de informação e tratamentos precários a pessoas que sofrem de depressão, ansiedade, transtorno bipolar e outros transtornos mentais graves.

Achar que a manifestação de um transtorno mental é "frescura" está relacionado a um ideal de felicidade que não é igual para todo mundo. A tentativa de se encaixar nesse modelo cria distância dos sentimentos reais, e quem os demonstra é rotulado, o que progressivamente dificulta a interação social. É aqui que redes sociais de enorme popularidade mostram uma face cruel, desempenhando um papel de validação da vida perfeita e criando um ambiente em que tudo deve ser mostrado em seu melhor ângulo. Fora dos holofotes da internet, porém, transtornos mentais mostram-se mais presentes do que se imagina.

<http://www.abrta.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

TEXTO III



Se você precisa de ajuda, ligue para o Centro de Valorização da Vida (CVV): 188.
Disponível em: <https://zenklub.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2020 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Anexo 2

1	Por filme estadunidense "Linha", o personagem principal, Arthur Fleck, sofre de um transtorno mental que o faz ter epi-
2	rácticos de riso exagerado e descontrolo da voz pública, motivo pelo qual é frequentemente atacado nos seus. Em consonância com
3	a realidade de Arthur, está a de muitos cidadãos, já que o estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira
4	ainda configura um desafio a ser superado. Nesse caso, seja pela negligência governamental nesse âmbito, seja pela discrimi-
5	nação desta classe por parte da população verde-amarela. Dessa maneira, é imperioso que esta carga social seja aliviada,
6	de forma que o longo rote -arranjar não mais influa, no contexto da atual da nação.
7	Nessa perspectiva, a falta de lógica referente aos transtornos de mente, é idêntica, notam os aspectos supracitados quanto à em-
8	issão estatal neste caso. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil é o país que apresenta o maior número de casos de
9	depressão da América Latina e, mesmo diante deste cenário alarmante, os tratamentos às doenças mentais, quando oferecidos, não são na
10	maioria do tempo, eficazes. Isso acontece pela falta de investimento público em centros especializados em saúde para com essas condições
11	consequentemente, muitos portadores, sobretudo aqueles de menor renda, não são devidamente tratados, contribuindo para sua progre-
12	ssão progressiva marginalização perante a sociedade. Esse quadro de impotência dos esforços de poder exemplifica a teoria das Instituições
13	Zygmunt Bauman, de acordo com Zygmunt Bauman, que ao descrever a sociedade, não que não sempre seu papel sempre eficaz. Dessa
14	maneira, é imprescindível que, para a superação da teoria de estruturas plásticas, esta problemática seja resolvida.
15	Portanto, ao discutir os esforços de progresso mental nesta questão, é fundamental o debate acerca da inserção de parte dos indivíduos em
16	grupos em pauta, uma vez que também são importantes para sua completa socialização. Este preceito se dá pelo enorme ideal de liberdade
17	incorporado na sociedade, sempre entre indivíduos. Entretanto, essas concepções regem os indivíduos entre os "fortes" e os "fracos", em que
18	tais forças, geralmente, integram a classe em discussões, onde que não atingem os mais vulneráveis, como a estabilidade econômica. Por
19	consequente, aqueles que não alcançam os objetivos são estigmatizados e excluídos do tecido social. Tal conjuntura segregacionista con-
20	traria o princípio de "Espaço Público", da filósofa Hannah Arendt, que defende a total inclusão dos oprimidos — ao que pertence
21	algum tipo de transtorno, neste caso — na sua vida. Dessa maneira, esta problemática urge ser solucionada para que o princípio da
22	democracia seja solidificado no país tupiniquim.
23	Portanto, são essenciais medidas urgentes para a redução de estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira.
24	Para isso, compete ao Ministério da Saúde investir na melhoria da qualidade dos tratamentos a serem oferecidos nos centros públicos espe-
25	cializados de saúde, de modo a melhorar os medicamentos e tratamentos, por exemplo, mais profissionais da área, como psicólogos e
26	empresários. Isso deve ser feito por meio de recursos autorizados pelo Tribunal de Contas da União — órgão que gerencia os recursos públicos —
27	sem o risco de potencializar o entendimento a serem pacientes e oferecer-lhes um tratamento eficaz. Além disso, gestores devem ser reali-
28	zados em espaços públicos sobre a melhoria dos fluxos conceituais de projetos e da importância do acolhimento dos vulneráveis. Assim,
29	os ideais inclusivos não mais serão instrumentos reguladores e, finalmente, a inclusão de Fleck não mais representará
30	a dos brasileiros.

Anexo 3

1	De acordo com o filósofo Platão, a associação entre saúde física e mental possui importância para a
2	manutenção da integridade humana. Nesse contexto, elucidase a necessidade de maior atenção ao aspecto psicológico, e qual
3	além de estar suscetível a doenças, também é alvo de estigmatização na sociedade brasileira. Tal discriminação é con-
4	figurada a partir da ausência informacional concernente à identificação da vida, mas redes sociais, o que gera a falta de supor-
5	ti às necessidades. Isso mostra que esse não deve ser relacionado unicamente.
6	Dele, sua análise, é necessária, pois que fatores relevantes são considerados na estruturação dessa problemática. Dentre
7	elas, destaca-se a ausência de informações precisas e contínuas a respeito das doenças mentais, as quais, muitas vezes, são tratadas
8	como doenças e desrespeito. Essa falta de subsídio informacional é grave, visto que impede que uma grande parcela da po-
9	pulação brasileira conheça a verdadeira natureza das patologias psicológicas, sendo capaz de compreender a realização de tratamentos
10	adequados, a redução do sofrimento do paciente e a sua capacidade de recuperação. Dado o uso, a circulação mundial de uma
11	vida idealizada também contribui para a construção dessa cédica conjuntiva, pois é responsável pela criação equivocada de que a
12	existência humana pode ser perfeita, isto é, livre de dificuldades e transtornos. Esse sentimento antinaturalmente falta de realidade, faz com que as in-
13	dividuais que não se encaixam nos padrões ideológicos, em especial no que concerne à saúde mental, sejam vítimas de preconceito e exclusão
14	social, o que, além de contribuir para a construção de uma cultura conjuntiva, também contribui para a construção de uma cultura
15	Consequentemente, tais sentimentos geram incertezas e sérios efeitos na vida dos indivíduos que sofrem de algum qd-
16	modo de doença mental. Isso ocorre em vista, se o diagnóstico é insuficiente e a falta de tratamento são prevalentes, uma vez que as
17	condições necessitam de compensação, suposta a apreensão de mais energia e tempo dedicado ao enfrentamento dessa situação, além
18	de acompanhamento médico e psicológico também ser essencial para que a pessoa entenda seus sentimentos e organize suas estruturas ps-
19	cológicas de uma forma mais saudável e equilibrada. O filme "Jogo de Memória" retrata precisamente o processo de cura de um grupo de indi-
20	viduais que são diagnosticados com transtornos de ordem psicológica, entre os quais se encontram o transtorno bipolar e o transtorno obsessivo
21	compulsivo. O filme também aborda o desenvolvimento integral de saúde mental, assim, que a estigmatização das doenças mentais produz a exacer-
22	bação de elementos prejudiciais para que eles possam ser tratados e curados.
23	Uma plataforma, que é o Ministério da Saúde, criou uma plataforma, por meio de recursos digitais, que contém informações a
24	respeito das doenças mentais e que propõe constantemente atitudes adequadas a serem adotadas durante o enfrentamento com uma doença
25	que esteja com alguma patologia de gênero, além de divulgar os sinais mais frequentes relacionados à ausência de saúde psicológica.
26	Essa medida promoverá uma maior rede informacional e propiciará um maior acesso às necessidades. Além disso, também
27	está à disposição a mídia eletrônica, como os programas que possuem a continuidade no momento em que foram exibidos, bem como,
28	o que pode ser afetado através de mobilizações em redes sociais e por intermédio de programas televisivos com notícias informati-
29	vas. A utilização é capaz de ajudar a população brasileira no combate a esse tipo de discriminação. Com isso, a ideia pla-
30	teórica será convertida em realidade no Brasil.

Anexo 4

1 Manual de Barros, grande poeta pós-modernista, desenvolveu em suas obras uma "Fisiologia do
 2 Triste", cuja principal característica reside em dar valor às situações frequentemente esquecidas
 3 ou ignoradas. Seguindo a lógica barrossiana, faz-se preciso, portanto, reconhecer também
 4 a problemática das doenças mentais no Brasil, ainda que elas sejam estigmatizadas por parte
 5 da sociedade. Nesse sentido, a fim de mitigar os males relativos a esse tema, é importante
 6 importante analisar a negligência estatal e a educação brasileira.

7 Inúmeramente, é necessário destacar a forma como parte do Estado costuma lidar com a
 8 saúde mental no Brasil. Isso porque, como afirma Gilberto Dumantain, em sua obra "Cidade do
 9 Papel", a legislação brasileira é ineficaz, visto que, embora aparente ser completa na teoria, em
 10 as vezes, não se concretiza na prática. Isso deve à ausência de políticas públicas efetivas
 11 voltadas para a aplicação de artigo 6º da Constituição Cidadã, que garante, entre outras coisas, a
 12 de. Isso é perceptível seja pela pequena quantidade de conscientização sobre a necessidade de saúde
 13 mental, seja pela pouca verba destinada ao tratamento de doenças mentais nos hospitais. Assim, apesar de
 14 que mesmo assim o princípio jurídico se opõe ao combate ao estigma relativo a doenças psíquicas.

15 Outrossim, é igualmente preciso apontar a educação, nas moldes predominantes no Brasil,
 16 como outro fator que contribui para a manutenção de preconceito contra as doenças psíquicas.
 17 Tricas. Para entender tal apontamento, é útil relembra a obra "Pedagogia da Autonomia",
 18 de Patrícia da educação brasileira, Paulo Freire, na medida em que ela destaca a importância
 19 das escolas em fomentar não só o conhecimento técnico-científico, mas também habilidades
 20 das relações humanas, como respeito e empatia. Sob essa ótica, pode-se afirmar que a maioria
 21 das instituições de ensino brasileiras, uma vez que são teocêntricas, não contribuem no combate
 22 ao estigma relativo às doenças mentais e, portanto, não formam indivíduos de forma como Freire idealiza.

23 Frente a tal problemática, faz-se urgente, pois, que o Ministério Público, cujas funções,
 24 de acordo com o artigo 127 da "Constituição Cidadã", é garantir a ordem jurídica e a
 25 defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, celebre do Estado ações concretas
 26 a fim de combater o preconceito às doenças mentais. Entre essas ações, deve-se in-
 27 cluir parcerias com as plataformas midiáticas, por meio das quais propagandas de apelo emocio-
 28 nal, mediante depoimentos de pessoas que sofrem esse estigma, deverão conscientizar e popu-
 29 larizar acerca da importância do respeito e da saúde mental. Ademais, é preciso haver mudanças
 30 legais, baseadas no respeito à empatia, por meio de debates dentro de fóruns socioeducacionais.